Arari e Salvaterra; que no mínimo são quatro municípios que tem interesse nessa regulação do transporte; que talvez esse procedimento pudesse ser reunido num único procedimento, até com o que, se porventura, exista em Soure, para que pudesse haver uma atuação conjunta, porque é um serviço público que atende quatro municípios. Portanto, disse entender que exige uma necessidade de uma atuação conjunta dos membros do Ministério Público desses municípios e a Promotoria de Justiça da capital, para uma atenção regionalizada nesse problema.

O Exmo. Conselheiro Relator FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA encampou a sugestão da Exma. Conselheira Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo.

O Exmo. Presidente GILBERTO VALENTE MARTINS disse entender que nesse caso, tendo a participação de mais de um órgão de execução do Ministério Público, esse trabalho poderia ficar sob a coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais e do Consumidor, montando-se um grupo de atuação para esse caso específico, com os Promotores de Justiça da região do Marajó e da Capital.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo conhecimento e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do presente feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, com fulcro no art. 57, da LCE nº 057/2006 e do art. 23, I, da Resolução nº 010/2011-CPJ, devendo os autos retornar à Promotoria de Justiça de origem para cumprimento das seguintes e indispensáveis diligências elencadas abaixo:

Que seja oficiado à Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON, à Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, e ao Coordenador da Câmara de Política Setorial de Infraestrutura e Transportes do Estado, para que informem, dentro de suas respectivas atribuições, sobre a atual situação do serviço de transporte de passageiros em comento, especialmente, sobre a relação demanda de passageiros versus oferta de embarcações, especificando os portes e capacidade destas; sobre a existência de contratos, indicando os procedimentos licitatórios correspondentes e os nomes das empresas contratadas para operarem esse serviço, bem como o prazo de concessão dos serviços; sobre a existência de equipe de fiscalização no Terminal Hidroviário de Belém, especificando o seu quantitativo e a escala de trabalho;

Que seja oficiado à Capitania dos Portos, para que informe sobre as condições de segurança oferecidas pelas embarcações utilizadas na prestação dos serviços em comento, notadamente, as pertencentes às empresas que operam por delegação do Poder Público do Estado; e

Que seja oficiado ao Prefeito Municipal de Soure e ao Presidente da Associação Comercial de Soure, para que, também, se manifeste acerca da prestação dos serviços em comento.

Que seja oficiado ao Órgão de Execução da Comarca de Soure, para que informe qual a conclusão a que chegou no procedimento lá instaurado, para investigar a qualidade dos serviços de transporte coletivo, conforme mencionado pela d. PJ Joana Chagas Coutinho, em sua manifestação de fls.204/208. DECIDIU, ainda, que o Centro de Apoio Operacional montasse um grupo de atuação conjunta entre os Promotores de Justiça da região do Marajó e da Capital, ficando neste caso, sob a Coordenação do CAO dos Direitos Constitucionais e do Consumidor, com o objetivo de dar uma atenção mais regionalizada nesse problema, uma vez que atinge toda a população daqueles Municípios.

O Exmo. Procurador-Geral de Justiça Gilberto Valente Martins transferiu os trabalhos ao Exmo. Corregedor-Geral de Justiça Almerindo José Cardoso Leitão, e deu conhecimento ao Colegiado de que assinou o ato de designação das Subprocuradoras-Gerais, das áreas Jurídica-Institucional e Técnico-Administrativa, Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA e Dra. CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO, respectivamente, que seria publicado no Diário Oficial do dia 04/05/2017. Agradeceu ainda aos Exmos. Procuradores de Justiça Leila Maria Marques de Moraes e Miguel Ribeiro Baía, pelo período que estiveram à frente das Subprocuradoras-Gerais áreas Jurídica-Institucional e Técnico-Administrativa, respectivamente.

O Egrégio Conselho Superior, considerando que a Exma. Conselheira, Dra Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento assumiu a Subprocuradora Jurídico-Institucional, ELEGEU por aclamação as Exmas. Conselheiras Leila Maria Marques de Moraes 1ª Subsecretária, permanecendo a Exma. Conselheira Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo 2ª Subsecretária.

3.2. Processos de Relatoria da Conselheira Leila Maria Marques de Moraes:

3.2.1. Processo nº 000147-012/2016

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte

Origem: PJ de Ourilândia do Norte

Assunto: Apurar à adequação/respeito ao Código Nacional de Trânsito na comarca de Ourilândia do Norte.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO do arquivamento do feito, devendo os autos retornarem para a Promotoria de Justiça, para arquivamento na origem, não

havendo necessidade de remessa ao Conselho Superior de Procedimento Administrativo, nos termos da Súmula nº 01/2017 deste Colegiado, uma vez que os autos tratam de instrumento destinado ao acompanhamento de uma política pública, com caráter permanente e não investigatório, não existindo um ilícito específico objeto dos autos, portanto, trata-se de um Procedimento Administrativo nos termos da Recomendação Conjunta nº 03/2014 MP-PGJ-CGMP.

3.2.2. Processo nº 000012-113/2013

Requerente(s): Luiza Gonçalves da Silva

Requerido(s): Bar do Iran

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar denúncia de crime de poluição sonora perpetrado pelo estabelecimento "Bar do Iran"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DO ARQUIVAMENTO do presente feito, uma vez houve perda do objeto da investigação, nos termos do art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, caput, da LCE nº 057/2006, que após diversas diligências da Promotoria no sentido de averiguar a situação do estabelecimento que incorria em prática de poluição sonora, o estabelecimento cessou suas atividades, tal fato sendo comprovado por meio de laudo do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

3.2.3. Processo nº 001960-116/2013

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Creche Escola Comunitária Dialética do Pará

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível desvio de recurso público referente ao Convênio nº 012/2011 realizado entre a Fundação Papa João XXIII e a Creche Escola Comunitária Dialética do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DO ARQUIVAMENTO do presente feito, uma vez que não foram comprovadas irregularidades no convênio nº 12/2011 realizado entre a FUNPAPA e a Creche Escola Comunitária Dialética do Pará, considerando a regularidade das contas no que diz respeito ao emprego da importância recebida, nos termos do art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, caput, da LCE nº 057/2006.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS R. DO NASCIMENTO:

3.3.1. Processo nº 000473-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Grupo Homossexual do Pará, Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades nos Convênios nº 122/2007 e 123/2007, celebrados entre a SESPA e o Grupo Homossexual do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, devendo os autos serem remetidos ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, por força do art. 8º, inciso IX do Regimento Interno do CSMP, uma vez que de acordo com o art. 33, §4º da Lei nº 8.080/19901, o Ministério da Saúde tem o dever de fiscalizar a adequada aplicação dos recursos decorrentes do orçamento da União, o que corrobora ao entendimento de que o Poder Executivo Federal tem interesse na causa e, consequentemente, o Ministério Público Federal tem a atribuição de realizar diligências investigativas e propor ações judiciais pertinentes.

3.3.2. Processo nº 000121-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação direta do Instituto Casa da Ópera para a prestação de consultoria na Programação dos festejos dos 400 anos de Belém

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/2006, assim, reconhecida a necessidade da Administração Pública e a notória capacidade técnica do Instituto, com fulcro nos artigos 25, inciso II e 13, III da Lei nº 8.666/19931, conclui-se que a contratação direta se revestiu de regularidade, não havendo mais qualquer diligência a ser cumprida pelo Parquet.

3.3.3. Processo nº 000216-913/2015

Requerente(s): G.S.S.; M.F.S.L.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Marabá

Origem: 13ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Secretaria Municipal de Saúde a pessoa idosa que necessita de consulta médica.

Posto em discussão, após a leitura do relatório e voto pela Exma. Conselheira Relatora, a Exma. Conselheira Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo sugeriu como acréscimo ao voto, a recomendação ao Promotor de Justiça de origem para averiguar no sentido de que esse atendimento hoje está sendo feito nos moldes de que recomenda o atendimento à saúde pública de caráter universal, de caráter geral, uma vez que este pode não ser um problema individual, mas por toda uma coletividade.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/2006, destarte, foi possível concluir que aquele Órgão de Execução adotou todas as providências necessárias para que a requerente recebesse o atendimento médico adequado, que, no entanto, identificou-se a perda do objeto do presente Procedimento, pois expressamente foi declarado que a paciente realizará tratamento médico no Município de Canaã de Carajás, acrescido com a sugestão da Exma. Conselheira Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, a recomendação ao Promotor de Justiça de origem para averiguar no sentido de que esse atendimento hoje está sendo feito nos moldes de que recomenda o atendimento à saúde pública de caráter universal, de caráter geral, uma vez que este pode não ser um problema individual, e sim de toda uma coletividade.

3.3.4. Processo nº 000203-112/2015

Requerente(s): V.B.S.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Origem: 1º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento médico por parte da Secretaria Municipal de Saúde à pessoa idosa, especificamente no que diz respeito à realização de exame especializado de agulhamento por mamografia

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do feito como PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, nos termos da Súmula nº 001/2017-CSMP, parte final, c/c a RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 03/2014 - MP/PJ/CGMP, e que seja determinado ao Órgão de origem que proceda ao devido averbamento no livro de registro de portarias da Promotoria de Justiça; e, oficiado à CGMP, para a devida correção terminológica dos registros de instauração e de arquivamento destes autos, constantes no SIAMP.

3.3.5. Processo nº 000148-033/2016

Requerente(s): Conselho de Saúde do Município de Salinópolis

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis

Origem: 2º PJ de Salinópolis

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Processo Seletivo para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, regido pelo Edital nº 001, de Salinópolis

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIAS, devendo os autos ser devolvidos à Promotoria de Justiça de origem, para averiguar se houve o total cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, bem como para a adoção das demais providências cabíveis, com fulcro no art. 23, §3º, I da Resolução nº 10/2011 - CPJ.

3.3.6. Processo nº 000016-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Brejo Grande do Araguaia

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar a situação de obrigatoriedade do uso de uniforme escolar na E.M.E.F. Brejo Grande.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/2006, pois não existem mais diligências a serem cumpridas pelo Órgão Ministerial, uma vez que o Órgão Ministerial e o Conselho Tutelar promoveram diligências e conseguiram garantir o pleno acesso dos alunos na Instituição de Ensino, não havendo mais providências a serem realizadas.

3.3.7. Processo nº 000177-200/2016

Requerente(s): P.E.P.A.; A.P.F.A.

Requerido(s): Hospital Público Estadual Galileu

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico a pessoa que necessita de procedimento cirúrgico